

Relações interdiscursivas no debate público sobre o “politicamente correto”: um olhar a partir de matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo*¹

Nara Lya Cabral SCABIN²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo:

Este trabalho busca analisar as articulações discursivas da categoria “politicamente correto” (PC) no Brasil, a partir de matérias jornalísticas da *Folha de S. Paulo*, entre 1991 e 2014. Investigamos os discursos circulantes sobre o politicamente correto que emergem na esfera pública, observando, em especial, as marcas de interdiscursividade presentes nos textos analisados. Tendo, como pano de fundo, os conceitos de Michel Foucault a propósito da arqueologia do saber, mobilizamos as proposições de Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau a respeito do interdiscurso a fim de melhor operacionalizar as formulações teóricas de nosso horizonte teórico mais amplo. Os resultados apontam para os discursos da liberdade de expressão e do humor como principais componentes à conformação dos discursos sobre o PC no Brasil.

Palavras-chave: Politicamente correto; Análise do Discurso; Interdiscursividade; Liberdade de expressão; Humor.

Introdução

A substituição dos nomes das coisas por outros que pareçam mais justos – mais adequados, mais construtivos, enfim, mais *corretos* sob algum ponto de vista – não é invenção do nosso tempo. Ao contrário: seria possível citar uma série de episódios em que renomear elementos da vida social atende ao objetivo de impulsionar, por meio da linguagem, valores novos que, conforme se crê, seriam capazes de enfrentar a resistência de velhos costumes. Parece-nos claro, portanto, que o critério que fundamenta o grau correção das palavras, bem como a seleção dos valores desejáveis, parte de uma perspectiva ideológica. E nem poderia ser diferente.

Paris, final do século XVIII. Após a Revolução Francesa, 1.400 nomes de ruas que continham referências a um rei, a uma rainha ou a um santo foram substituídos por denominações mais afeitas aos novos tempos. A Place Luis XV, por exemplo, tornou-se Place de La Révolution. Notre Dame tornou-se o templo da Razão e Montmartre se tornou Mont Marat. Como assinala Robert Darnton, trinta cidades apropriaram-se do nome de

¹ Trabalho apresentado no DT 08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 17 a 19 de junho de 2016.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes e bolsa da CAPES. Bacharel em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo e Mestre em Ciências da Comunicação pela mesma instituição. É pesquisadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom) da USP. E-mail: nara.cabral@usp.br.

Marat: “trinta entre as 6 mil que tentavam apagar o passado mudando de nome” (DARNTON, 2010, p. 25).

Além dos nomes de lugares, os revolucionários chegavam a trocar os seus próprios. De acordo com Darnton, aqueles que se chamavam Louis apresentavam-se de outros modos, como Brutus ou Spartacus; sobrenomes como Le Roy ou Lévêque eram substituídos por La Loi ou Liberté; as crianças ganhavam nomes inspirados em fatos da atualidade – como Fructidor, Constitution, Dez de agosto, Marat-Couthon-Pique – e o ministro das Relações Exteriores, Pierre-Henri Lebrun, deu à filha o nome de Civilisation-Jémappes-République.

O elemento público era estendido para a vida privada, introduzindo-se nas relações mais íntimas. Assim, a Revolução Francesa quis converter todo mundo em *tu* – pronome usado para expressar intimidade, em contraposição ao *vous*, empregado no tratamento formal. Sob o Antigo Regime, o *tu* era reservado às relações assimétricas ou profundamente pessoais: pais se dirigiam aos filhos com *tu*, superiores referiam-se assim a seus inferiores (os quais, por sua vez, respondiam utilizando o *vous*) e namorados empregavam *tu* em suas conversas. Em 1793, uma resolução chegou a ser aprovada em Tarn, uma região pobre da França, proibindo que os cidadãos se referissem uns aos outros por *vous*, anunciando o banimento do *vous* (quando no singular) da linguagem e determinando sua substituição por *tu* ou *toi* (DARNTON, 2010, p. 27).

A esse respeito, Darnton cita também uma petição apresentada por uma delegação de *sans-cullotes* à Convenção Nacional em 1794. A petição defendia a abolição do *vous* “em virtude de que haverá menos orgulho, menos discriminação, menos reserva social”. Em seguida, o texto argumenta a favor do banimento do pronome afirmando que tal medida contribuiria para a ampliação da fraternidade e da igualdade. Como afirma Darnton: “Hoje isso pode parecer risível, mas para os revolucionários era absolutamente sério: eles queriam construir uma nova sociedade baseada em novos princípios de relações sociais” (DARNTON, 2010, p. 27).

Se lhe tiramos a palavra “revolucionários”, a frase acima parece dizer respeito às discussões que emergem atualmente em torno do chamado “politicamente correto”. Hoje, as reivindicações que circulam no espaço público sob a rubrica “politicamente correto” defendem justamente a construção de uma sociedade baseada em novos princípios sociais – não mais os do nacionalismo e da república, cuja afirmação não mais configura matéria urgente; mas sim, ideais de cidadania e dos direitos humanos.

Como se vê, não constitui novidade a aposta na introdução de mudanças sobre a linguagem como caminho à consolidação de valores e práticas sociais. No entanto, não podemos desconsiderar as particularidades que compõem o que se entende como a emergência da categoria “politicamente correto” hoje. Ente essas especificidades, há dois dados fundamentais: a constituição do politicamente correto como discurso – e, em particular, como discurso político –, profundamente ligado ao cenário político contemporâneo e transformado em militância; e a textualização que o politicamente correto promove sobre as interdições que suscita, enquanto, em geral, essas regras permanecem implícitas nos movimentos de mudança em torno de padrões linguísticos.

Mas, para além desses dados, há uma especificidade que se coloca de modo decisivo nos dias de hoje: o fato de haver um nome que isola, categoriza, destaca e define os investimentos em direção às mudanças de palavras – ainda que se trate de um nome cujo sentido e valor se coloca sob múltiplas disputas. A existência da categoria “politicamente correto” reflete – e também determina – a centralidade e a visibilidade adquiridas por esse fenômeno em nossa cultura: centralidade da linguagem, de modo amplo, como mediadora das relações sociais; centralidade do individual na condução de ações políticas; centralidade da circulação de ideias – e, por conseguinte, visibilidade das formas de controle da expressão, entendidas cada vez mais como intoleráveis.

A incorporação de um nome, com o conseqüente quadriculamento por ele produzido na malha de nosso imaginário, desenha realidades a serem vividas, produz um novo traçado da luz sobre o mundo e constroi lugares a serem ocupados pelos sujeitos. Esses sujeitos, atravessados pelos discursos circulantes que cristalizam a presença da categoria “politicamente correto”, encontram-se invariavelmente cindidos entre a norma e seu desvio, entre a iluminação e o atraso, entre a ingenuidade e a subversão – em um jogo de remetências mútuas e identificações imaginárias, em que ser politicamente correto ou incorreto torna-se, acima de tudo, um meio de (des)legitimação de posicionamentos, um modo de estar no mundo.

Compreender as mobilizações discursivas da categoria “politicamente correto” no jornal *Folha de S. Paulo*, entre 1991 e 2014, rastreando as relações de interdiscursividade sob as quais se engendram seu sentido e seu valor, é o que propomos neste artigo.

Horizonte teórico-metodológico

Na pesquisa que serve de base a este artigo³, o *corpus* analisado é composto por matérias jornalísticas publicadas pela *Folha de S. Paulo* entre 1991 (ano que marca a entrada maciça da temática do politicamente correto no debate público brasileiro) e 2014, de modo a compor um recorte próximo à atualidade.

As matérias foram localizadas a partir da palavra-chave “politicamente correto”, por meio das ferramentas de busca disponibilizadas pelo *site* da *Folha*, considerando-se as edições impressas do jornal. A partir dos achados iniciais, efetuamos recortes no universo de textos localizados por meio de critérios de relevância e expressividade, chegando a um conjunto de 133 matérias jornalísticas, analisadas na pesquisa em blocos temáticos.

Neste artigo, priorizamos o trecho da pesquisa em que se analisam as relações de interdiscursividade construídas nas matérias da *Folha de S. Paulo* acerca da categoria “politicamente correto”, de modo a compreender a emergência de discursos circulantes sobre tal temática a partir de suas relações de adjacência, aliança e polêmica com outros discursos. Como grande horizonte teórico-metodológico, não obstante, recorreremos aos conceitos propostos por Michel Foucault a respeito da arqueologia do saber, das imbricações entre saber e poder e dos sistemas de controle discursivo.

Sob uma perspectiva arqueológica – e, aqui, referimo-nos às proposições de Michel Foucault acerca da arqueologia do saber (FOUCAULT, 2008) –, as matérias jornalísticas constituem pontos de partida para a identificação de plataformas culturais e condições sócio-históricas que possibilitam a emergência de enunciados e conceitos em torno do politicamente correto. No empenho em operacionalizar esses conceitos que se colocam em nosso horizonte teórico, devemos percorrer um trajeto, quando da análise das matérias jornalísticas de nosso *corpus*, que passe do enfoque do texto, em seu sentido posto, aos implícitos e, de maneira mais ampla, ao contexto do discurso.

Para mapear os sentidos que emergem nas matérias jornalísticas atrelando-se à categoria “politicamente correto”, no conjunto vasto de textos de nosso *corpus*, devemos perseguir as reiteraões, as repetições de sentido que se reforçam e, pela repetição, são indicativas da positividade de discursos cuja análise é de nosso interesse.

De modo a identificar tais reiteraões, respaldamo-nos no conceito de isotopia. Criado por Greimas, esse conceito inicialmente referia-se ao domínio da semântica

³ Trata-se de pesquisa de Mestrado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP, entre 2013 e 2015, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes e com o apoio do CNPq.

estrutural, mas tornou-se posteriormente vulgarizado em análise de discurso. Como assinalam Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, a isotopia diz respeito aos procedimentos que compõem a coerência de uma sequência discursiva.

Nas palavras dos autores: “Fundada na *redundância* de um mesmo traço no desenvolvimento dos enunciados, tal coerência diz respeito principalmente à organização semântica do texto” [grifo dos autores] (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 292). Dentre as possibilidades conceituais compreendidas pela tipologia das isotopias, interessa-nos, nesta pesquisa, as isotopias semânticas estritas, que se referem à recorrência de uma mesma categoria de sentido.

Ao lado da identificação das isotopias – e até como forma de melhor explorá-las –, devemos rastrear também os sentidos implícitos, isto é, os pressupostos e subentendidos constitutivos dos enunciados. Para tal, embasamo-nos na teoria das implicaturas, de Osvald Ducrot. Segundo esse autor, “[...] a pressuposição é parte integrante do sentido dos enunciados. O subentendido por sua vez, diz respeito à maneira pela qual esse sentido deve ser decifrado pelo destinatário” (DUCROT, 1987, p. 41). Nas palavras de Gomes, “se o pressuposto é uma condição de formulação do enunciado, o subentendido é uma ilação sobre ele fundada” (GOMES, 2008, p. 13).

No mapeamento dos sentidos implícitos, o contexto adquire importância central. Como assinalam Charaudeau e Maingueneau, o trabalho interpretativo, em relação a pressupostos e subentendidos, deve consistir em combinar as informações extraídas dos enunciados com determinados dados contextuais. Embora a interpretação dos subentendidos configure tarefa complexa e arriscada, ela é de fundamental importância, pois, para compreender como os enunciados são compreendidos, é preciso dar conta de todos os componentes de seu sentido. “Em qualquer caso, a compreensão global de um enunciado inclui a de seus pressupostos, de seus subentendidos e de outras implicaturas” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 272).

Dando um passo adiante, buscamos também mapear as relações de interdiscursividade que se estabelecem em torno da categoria “politicamente correto”. Nas palavras de Charaudeau e Maingueneau, “Todo discurso é atravessado pela interdiscursividade, tem a propriedade de estar em relação multiforme com outros discursos, de entrar no *interdiscurso*” [grifo dos autores] (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 286). Assim, para aprofundar nossas reflexões, é importante distinguir duas acepções de interdiscurso.

Em um sentido restritivo, o interdiscurso diz respeito a um conjunto de discursos do mesmo campo que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros. É o caso, como veremos, dos discursos do politicamente correto e do politicamente incorreto. Tomado em um sentido amplo, o interdiscurso refere-se ao conjunto das unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação explícita ou implícita⁴. Como veremos, buscaremos ressaltar as relações estabelecidas entre o discurso politicamente correto, o discurso do humor e o discurso sobre liberdade de expressão.

Por fim, cabe ainda salientar o conceito de “primado do interdiscurso”, segundo o qual o interdiscurso é anterior e constitutivo do próprio discurso. Nesse sentido, os discursos não existem previamente, sendo colocados em relação – seja de aliança, seja de polêmica –, uns com os outros, posteriormente. Em lugar disso, os discursos nascem justamente nas brechas de uma rede interdiscursiva (MAINGUENEAU, 2005).

Além disso, o primado do interdiscurso implica na proposição de que uma formação discursiva produz o assujeitamento do sujeito na medida em que cada formação discursiva é dominada pelo interdiscurso, excluindo que sejam colocadas em contraste formações discursivas tidas como independentes umas das outras (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2008, p. 287).

A partir da compreensão dos enunciados que emergem nas páginas da imprensa, esperamos mapear os sentidos – em diferentes dimensões – que se atrelam à categoria “politicamente correto”. Esperamos, também, compreender condições históricas de possibilidade que engendram a fundação de discursos sobre o politicamente correto – e, sobretudo, do próprio discurso politicamente correto, conformado pelas formações discursivas que lhes são adjacentes.

Cruzamentos entre discursos

a) O discurso da liberdade de expressão

Tomando o interdiscurso como o conjunto de unidades discursivas com as quais um discurso entra em relação, implícita ou explicitamente, de acordo com Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 287), a primeira marca de interdiscursividade que buscamos mapear nesta pesquisa diz respeito ao estabelecimento de relações entre o(s) discurso(s) sobre o “politicamente correto” e o discurso da liberdade de expressão. Consideramos esse traço

⁴ De acordo com essa terminologia, neste artigo, concentramo-nos na análise das relações de interdiscursividade em sentido amplo.

como o elemento talvez mais central à rede discursiva que se estabelece em torno do politicamente correto. No caso desta pesquisa, concentramo-nos no espaço público como representado pelo discurso midiático. Não obstante, em discussões travadas em outras esferas para além do espaço jornalístico – como os campos político, jurídico ou acadêmico –, observamos que os discursos sobre politicamente correto são postos continuamente em relação com os discursos da liberdade de expressão.

No Brasil, desde o momento em que as discussões sobre o PC alcançaram visibilidade na esfera pública, as matérias jornalísticas analisadas, ao mobilizar a categoria “politicamente correto”, estabelecem relações, implícitas ou explícitas, com a liberdade de expressão. Em 1992, temos o primeiro exemplo desse cruzamento. No texto *Lobbies do ‘PC’ atacam cinema de Hollywood*, o ideário da livre expressão é invocado sob o argumento da liberdade de criação cinematográfica. Nessa ótica, descreve-se o PC como nova “palavra de ordem” da indústria do cinema, o que leva ao de cerceamento da produção cultural (RIBEIRO NETO, 24/02/1992).

Nos primeiros anos da década de 1990, o politicamente correto é associado a ameaças à liberdade individual, de maneira abrangente. Começam a surgir textos que se referem ao politicamente correto como forma de cerceamento do falar cotidiano, dando conta de exemplos inusitados. A primeira referência à liberdade de expressão como direito fundamental do Estado de Direito, no universo de nosso *corpus*, aparece em 1994, em um editorial da *Folha de S. Paulo* intitulado *Racismo na TV*, que já mencionamos mais cedo (FOLHA DE S. PAULO, 08/11/1994).

Já nessa época, surgem as primeiras associações entre o PC e a censura. Em nossos achados, a primeira vez que tal vinculação aparece de modo explícito nos textos analisados – com, inclusive, o emprego da palavra “censura” – se dá em 1995, no artigo *Contos de fada satirizam correção política*, assinado por Marcelo Coelho. Referindo-se ao público norteamericano, o autor afirma que este se encontrava “submetido a um intenso ataque de militância politicamente correta, a uma vigilância e a uma censura muito mais irritantes do que a conhecida no Brasil” (COELHO, 23/06/1995).

Não obstante, na primeira metade dos anos 1990, eram relativamente pontuais as associações explícitas do PC à ideia de censura. Muitos textos apresentavam os efeitos do PC em restringir a circulação de ideias e a liberdade criativa, mas apenas pontualmente reivindicava-se abertamente a defesa da liberdade de expressão. A partir da segunda metade dos anos 1990 e, em especial, após o ano 2000, tonam-se cada vez mais abundantes as

matérias que definem o politicamente correto como uma forma de censura. De modo correlato, torna-se cada vez mais difícil encontrar um texto que, ao falar sobre o politicamente correto, passe ao largo das discussões sobre livre expressão.

De modo cada vez mais frequente, os textos passam a ser construídos a partir do par opositivo “liberdade de expressão”/“censura” e formas correlatas, como “liberdade de expressão”/“vigilância”, “autonomia”/“submissão”, “liberdade”/“controle”, “liberdade”/“repressão”, “democracia”/“autoritarismo”, “arte”/“pedagogia”. Também nesse sentido, inserem-se os pares opositivos do tipo “humor”/“vigilância”, que mencionamos algumas páginas atrás. Na imensa maioria das matérias jornalísticas analisadas, o politicamente correto aparece atrelado ao segundo termo das oposições citadas, enquanto o primeiro se reveste de valor positivo.

A liberdade de expressão e o politicamente correto parecem consolidar, nesse momento, uma relação próxima à concorrência em um mesmo campo discursivo; se não temos propriamente uma delimitação mútua, ao menos o politicamente correto parece ser delimitado em função de sua relação com a liberdade de expressão. A respeito dessa interdiscursividade, há dois aspectos peculiares que devemos salientar. Primeiro, que a relação entre os dois discursos não se apresenta de modo unívoco ou estável. Ora o discurso da liberdade de expressão faz aliança com o discurso do politicamente correto, ora ambos se colocam em relação de polêmica – embora a segunda forma de concorrência seja mais frequente e decisiva na representação do espaço público construída pelo jornalismo.

Ainda assim – e, talvez, justamente por isso –, a interdiscursividade estabelecida entre o PC e a liberdade de expressão parece constituir objeto de particular relevância a análises discursivas, especialmente por manifestar-se na forma de uma concorrência deslizante, que oscila entre a aliança e a polêmica. Isso nos conduz ao segundo aspecto que gostaríamos de destacar. Como sabemos, o interdiscurso é anterior e constitutivo do próprio discurso. No caso do discurso politicamente correto, ele parece emergir justamente nas brechas de uma rede interdiscursiva marcada pelo embate de diferentes discursos sobre os fundamentos da vida pública – entre os quais, de modo particularmente evidente, o discurso da liberdade de expressão.

Essa pregnância da liberdade de expressão em discussões públicas sobre o politicamente correto parece estar relacionada, em primeiro lugar, à polarização que marca tanto as discussões sobre a censura, quanto aquelas sobre o politicamente correto. Em outras palavras, no espaço discursivo onde se inserem esses discursos, os sujeitos são

interpelados a se engatarem em um lado ou em outro. Esse dado, que deve ser considerado à luz do atravessamento inevitável do discurso pelo interdiscurso, leva à categorização de ações/sujeitos conforme o par opositivo “liberdade/censura”.

Historicamente, as discussões contemporâneas sobre censura e liberdade de expressão inserem-se em um contexto de reacomodação de seus limites, após o desmonte das burocracias censórias que não sobreviveram ao sepultamento do século XX. Se, por um lado, as formas de controle tornam-se mais indiretos e plurais, sobrevive a motivação político-ideológica que sempre mobilizou os processos de interdição à produção simbólica (COSTA, 2014, p. 30). No caso das formas de interdição associadas à categoria “politicamente correto”, não poderia ser diferente: ainda que de estofa mais democrático, já que ligado aos ideais atravessados pelo discurso dos direitos humanos, o PC coloca em cena problemáticas vinculadas a questões de posicionamento político-ideológico.

Esse processo emerge como sintoma do amadurecimento da democracia no Ocidente – em especial, uma democracia ligada ao desenvolvimento dos meios de comunicação e à participação da população (COSTA, 2014, p. 29). Discutir o politicamente correto à luz dos discursos sobre liberdade de expressão é evidência do processo segundo o qual, após a abertura democrática brasileira, a temática da censura deixa os bastidores do poder e é trazida à tona como encenação na esfera pública (PAGANOTTI, 2012). Nesse cenário de problematização da própria democracia, ganham força os conflitos entre direitos, também constitutivos do campo discursivo onde se debate o politicamente correto.

Ademais, a afirmação da defesa da liberdade de expressão – que atravessa o discurso jornalístico, como mostra grande parte das matérias de nosso *corpus* – é indício da demarcação de uma posição de sujeito que diz respeito ao engajamento em um discurso acerca do papel que o jornalismo deve assumir enquanto “vigilante” – ou “cão de guarda”, para usar um jargão do campo jornalístico – do poder estabelecido. A emergência desse discurso remete, historicamente, ao estabelecimento da imprensa como esfera pública e responsável por trazer à tona os temas de interesse da sociedade como um todo. Para o jornalismo, reafirmar sua legitimidade significa reafirmar também seu lugar e seu poder de fala.

b) O discurso do humor

Como segunda marca de interdiscursividade fundamental aos textos analisados, buscamos evidenciar as relações travadas entre o discurso do humor e o discurso

politicamente correto. Com base em nossos achados, consideramos que o discurso do humor corresponde a uma das duas unidades discursivas que estabelecem, em relação ao discurso politicamente correto, relações de interdiscursividade mais estreitas – ou de maior visibilidade – no debate público contemporâneo.

Desde os anos 1990, o discurso jornalístico, ao mobilizar a categoria “politicamente correto”, estabelece relações com os discursos sobre o humor – no caso, o humor tomado sempre em sua vertente inserida no contexto da indústria cultural. Já no início do debate público sobre o PC no Brasil, a ideia de que o politicamente correto deve ser entendido como uma forma de limitação ao humor aparecia nos enunciados que compõem as páginas do jornal, ainda que de modo esparso e pontual.

O exemplo mais antigo, em favor dessa hipótese, que localizamos em nosso *corpus* diz respeito à matéria *Stern desafia o politicamente correto*, publicada em 11 de novembro de 1993. Referindo-se ao contexto norteamericano, o texto aborda o posicionamento assumido pelo radialista Howard Stern – conhecido como “o homem mais desagradável de Nova Iorque” – em seu programa matinal e no livro *Private Parts*. Segundo a matéria, Stern “compra brigas” diárias com negros, homossexuais, imigrantes do Terceiro Mundo, judeus – daí considerá-lo como inimigo do politicamente correto. Seguindo esse raciocínio, o PC é apresentado como entravo ao humor, à sátira e à liberdade. Em contrapartida, o radialista de que fala a matéria é apresentado como espécie de “herói”, em sua trajetória de sucesso, por se opor ao politicamente correto (GODOY, 11/11/1993).

Ainda nos anos 1990, outro caso de invocação de um discurso sobre o humor na abordagem do politicamente correto – este já em relação ao contexto brasileiro – aparece no artigo *Muito riso e pouco siso em 1998*. Apontando os advogados como grandes responsáveis pela “onda” do politicamente correto, o texto descreve o PC como uma forma de controle sobre a conduta e a fala individual – especialmente, no que diz respeito às piadas: “Nos velhos tempos, antes de os advogados inventarem a idéia de controlar nossas línguas e impor o ‘politicamente correto’, a gente se rachava de rir do azar dos outros, como, por exemplo, os portugueses ou os vingos” (ZINGG, 08/01/1998).

Avançando um pouco no tempo, surgem enunciados que definem o politicamente correto, explicitamente, a partir de sua relação com o humor. Em 9 de fevereiro de 2000, a *Folha de S. Paulo* publicou matéria intitulada *Discurso politicamente correto sufoca humor de “Mary & Rhoda”*. Como o título sugere, o texto defende que o PC – entendido, no caso, de modo vago, enquanto forma genérica de comprometimento social que leva a representar

as mulheres de modo mais independente – termina por “engessar” o humor: “Com tantas demandas politicamente corretas para atender, sobrou pouco ou nenhum espaço para as risadas” (GASPAR, 09/02/2000).

Assim, com o passar dos anos, a associação entre politicamente correto e humor torna-se não apenas mais estreita, como também mais evidente e recorrente nos textos jornalísticos. A partir de meados da primeira década dos anos 2000, a temática do humor se torna campo privilegiado aos debates sobre o politicamente correto. Parte significativa dos textos, nessa época, se constroem em torno dos pares opostos “humor”/“vigilância”, “humor”/“esterilidade”, “humor/simplificação” – com o primeiro termo da oposição, em todos os casos, investido de valor positivo.

Outro dado relevante é o engajamento, de sujeitos atravessados pelo discurso do humor, nos debates sobre o politicamente correto. Esses sujeitos, tomados como autorizados a falar, são convidados a participar, na esfera pública, das discussões sobre o PC. Isso fica evidente na matéria “*Chamar de negão era circense*”, diz Didi, publicada pela *Folha de S. Paulo* em 23 de março de 2012. No texto, as fontes – humoristas famosos na cena televisiva – divergem quanto ao sentido da categoria “PC”: Gentili, por exemplo, não expressa preocupação com a questão do preconceito no humor; Antonio Tabet diz que o politicamente correto é uma patrulha exagerada; Renato Aragão diferencia o PC de censura, mas diz que ele restringe a expressão dos humoristas. Em todos os casos, está presente a ideia do politicamente correto como uma forma de restrição ao humor (ROXO; MAGENTA, 23/03/2012).

De fato, o caso do humor evidencia os efeitos das restrições decorrentes de regulações sobre a expressão em nome do politicamente correto: efeitos de constrangimentos que atravessam a vida dos indivíduos, em sua dimensão mais cotidiana, tornando-os “programados”. Atravessados pelo discurso politicamente correto, cujos efeitos fazem-se sentir de modo particularmente notável em relação ao humor, os sujeitos passam a calcular anedotas e piadas. Como se vê, o debate em torno do PC remete às discussões sobre os limites do riso. Para Elias Thomé Saliba, o politicamente correto constitui:

[...] uma criação ideológica característica de sociedades que perderam o norte dos padrões morais e acabaram por impor regras casuísticas tópicas, que só conseguem estabelecer limites arbitrários. Batizado com outros nomes ou disfarçado de alguma forma de censura, o “politicamente correto” sempre existiu em sociedades que viveram momentos distópicos, quando a ausência de cenários futuros deixou de ensejar padrões morais estáveis. O resultado é um moralismo nervoso que se manifesta aqui e ali, meio esquizofrênico, tópico, que não sabe bem a que veio e, na história, nunca resultou em boa coisa (SALIBA, 2014, p. 178).

Talvez em resposta a essa vigilância, nos deslizamentos e disputas que marcam os sentidos atrelados à categoria “politicamente correto”, parece emergir uma outra articulação discursiva complexa entre os discursos do humor e do PC. Para explicar melhor, devemos recorrer a mais um exemplo. No texto *Para ator, ser correto demais atrapalha humor*, publicado em 14 de maio de 2009, parte-se de uma diferenciação entre “ser respeitoso” e “ser politicamente correto” para fundamentar a ideia de que o discurso humorístico se constitui enquanto contraposição aos discursos categorizados sob o rótulo “politicamente correto” (FOLHA DE S. PAULO, 14/05/2009).

Note-se como a fuga ao politicamente correto é invocada como espécie de “selo de qualidade” para a produção humorística. De fato, a essa altura, já se via delineado, no debate público, um posicionamento segundo o qual a qualidade de produções humorísticas deve ser vista como diretamente proporcional ao grau de subversão do que se entende por politicamente correto. Não se trata mais, simplesmente, nos anos mais recentes, de afirmar a existência de interferências do politicamente correto sobre o humor. No debate público, raras são as vezes em que, para tratar do humor, não se parte de uma categorização imediata de suas formas entre politicamente corretas ou incorretas. Ao mesmo tempo, os enunciados na esfera pública que mobilizam o PC invocam, com grande recorrência, suas implicações sobre a produção de humoristas.

Em outras palavras, o humor passa a ser qualificado, em discussões travadas na esfera pública, por meio de sua relação com o politicamente correto. Essa manifestação de interdiscursividade – à qual ainda voltaremos algumas vezes – remete ao primado do interdiscurso, de que nos fala Maingueneau e Charaudeau (2008, p. 287). Em outras palavras, o discurso sobre o humor, e os sujeitos por ele atravessados, vêm-se inevitavelmente submetidos à polarização “correto *versus* incorreto”.

Não há espaço para a neutralidade no humor, como nos lembra Saliba (2014, p. 182). De fato, a polarização do debate que relaciona os tópicos do humor e do politicamente correto está ligada à própria natureza do riso, com sua forte vocação para a ambiguidade: enquanto agrada a alguns, fere outros tantos. Mas há uma razão histórica, talvez mais decisiva, para a centralidade que o humor adquire no debate sobre o politicamente correto. Como assinala Saliba, fazendo eco a considerações de Gilles Lipovetsky, o humor adquire centralidade na própria vida social: é preciso rir de tudo, o tempo todo e cada vez mais (SALIBA, 2014, p. 182). O riso de torna uma categoria fundamental ao modo como nos entendemos na sociedade. Como tal, ele se torna objeto de nossas conversações a toda hora.

Não obstante, há um paradoxo decorrente dessa “extravagância gratuita”: “os códigos humorísticos se disseminaram tanto que não sabemos mais definir o que é humor” (SALIBA, 2014, p. 182). A centralidade que o humor adquire nas discussões sobre o politicamente correto parece emergir como sintoma dessa disseminação e, ao mesmo tempo, da indefinição dela decorrente. A profusão de enunciados que colocam as discussões sobre o humor e o politicamente correto em contato surge como sintoma do momento de crise que define a dificuldade em se traçar distinções sobre os parâmetros éticos e estéticos do humor. Não à toa, o espaço discursivo onde colidem o humor e o PC é terreno dos limites – éticos ou antropológicos – do riso. Em rachaduras como essa, revolve-se o fundo do rio onde se depositam os discursos que simultaneamente refletem e modelam a cultura.

Considerações finais

O jornalismo registra o embate de forças em jogo na disputa pelos sentidos das palavras, os quais não deixam de estar envolvidos em processos de mudança linguística. As palavras, seus sentidos e possibilidades de significação estão todos ligados aos discursos ou formações discursivas em que são inseridos e delineados. Ao registrarem os argumentos presentes nos debates sobre as disputas em torno do sentido de determinadas palavras, a imprensa remete aos discursos que modulam o conteúdo das reivindicações, ou seja, os discursos que determinam os regimes de verdade em que se fundamentam os vários argumentos que colidem na luta pelo uso de certas palavras e/ou contra o uso de outras.

As diferentes posições presentes no debate atual em torno do politicamente correto no Brasil – sejam aquelas representadas por argumentos pró politicamente correto, que defendem o uso de linguagens mais neutras como forma de luta contra a discriminação, sejam as que qualificam o politicamente correto como forma de restrição da liberdade de expressão – convergem no ponto exato em que, em todos os casos, o que vemos é a defesa e colisão de direitos democráticos fundamentais.

De fato, as disputas em torno do sentido, no caso do debate sobre a temática analisada, mantêm em suas fundações a questão dos limites entre o que pode e o que não deve ser dito. Isso nos leva a uma discussão de grande notoriedade nos dias de hoje: aquela sobre os limites da liberdade de expressão. Esses conflitos se estabelecem em áreas de fronteira da liberdade de expressão, onde tal princípio colide com outros direitos e valores. Esse processo é trazido à tona na esfera pública pelas narrativas jornalísticas e pelos agentes envolvidos em discussões correlatas, a fim de se discutir o estatuto da livre expressão.

Essa parece, portanto, ser uma característica marcante hoje: apesar de os conflitos entre diferentes valores e direitos terem sempre existido, eles são agora, mais do que nunca, expostos aos olhos do público e esmiuçados no debate público. Durante a ditadura militar no Brasil, até o final de 1980, tal dinâmica não era possível, uma vez que muitos temas eram previamente censurados e mantidos fora de discussão. De modo correlato, o caráter recente da democracia no Brasil, por sua vez, implica na existência de debates e discussões sobre as suas próprias definições. Tais condições históricas são fundamentais para a emergência dos discursos que circulam hoje sobre o PC no país.

Nesse quadro, parece-nos claro que estamos diante de uma rearticulação dos saberes sobre a liberdade de expressão, com o reposicionamento de suas fronteiras no Brasil contemporâneo. É importante notar, pois, que as tensões entre o politicamente correto e os valores democráticos em nossa sociedade devem ser consideradas à luz dessas novas configurações dos discursos sobre a liberdade de expressão. Mapear e compreender a fundo a presença desses discursos circulantes em nossa cultura, bem como o posicionamento do jornalismo diante deles, é objetivo a ser perseguido na continuidade desta pesquisa.

Por tudo isso, sugerimos que as ações em nome do politicamente correto devem ser interpretadas como sinais de crise, de tentativas de romper com velhos paradigmas – ou seja, como uma rearticulação das concepções presentes no país sobre a liberdade de expressão e os protocolos de discurso, reposicionando os limites do que é considerado “ofensa”. A ordem que emerge nessas fronteiras entre discursos e valores diz respeito às regras que selecionam e organizam a produção discursiva. Nessa ordem do discurso politicamente correto, configuram-se rituais da palavra: a distribuição do direito de dizer dentro de determinados campos discursivos.

Referências bibliográficas

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

COELHO, Marcelo. “Contos de fada satirizam correção política”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 23/06/1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/23/ilustrada/17.html>>. Acesso em 6 Mai. 2015.

COSTA, Maria Cristina Castilho. “Opinião pública, comunicação, liberdade de expressão e censura”. In: COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA/USP, 2014, pp. 27-34.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

DUCROT, Osvald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FOLHA DE S. PAULO. “Racismo na TV”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 08/11/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/08/opinioao/6.html>>. Acesso em 6 Abr. 2016.

_____. “Para ator, ser correto demais atrapalha humor”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 14/05/2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1405200922.htm>>. Acesso em 6 Abr. 2016.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio: Forense Universitária, 2008.

GASPAR, Malu. “Discurso politicamente correto sufoca humor de ‘Mary & Rhoda’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 09/02/2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0902200017.htm>>. Acesso em 6 Abr. 2016.

GODOY, Fernanda. “Stern desafia o politicamente correto”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 11/11/1993.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Palavras proibidas: pressupostos e subentendidos da censura teatral** [colaboradoras: Eliza Bacheга Casadei, Natália Favrin Keri, Pollyana Reis da Cruz]. São José do Rio Preto: Bluecom Comunicação, Fapesp, 2008.

PAGANOTTI, Ivan. “A Discussão da Visibilidade e a Revisão da Censura na Esfera Pública”. **Anais do II Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/SemDisc2012/11-4_Ivan_Paganotti.pdf>. Acesso em 6 Abr. 2016.

ROXO, Elisângela; MAGENTA, Matheus. “‘Chamar de negão era circense’, diz Didi”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 23/03/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/32828-quotchamar-de-negao-era-circensequot-diz-didi.shtml>>. Acesso em 6 Abr. 2016.

RIBEIRO NETO, Artur. “Lobbies do ‘PC’ atacam o cinema de Hollywood”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 24/02/1992.

SALIBA, Elias Thomé. “Humor dos limites e limites do humor”. In: COSTA, Maria Cristina Castilho (Org.). **A censura em debate**. São Paulo: ECA/USP, 2014, pp. 178-186.

ZINGG, David Drew. “Norte-americanos conseguem acabar com seu problema de ‘PC’”. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: Folha da Manhã, 05/07/1992.